

Boletim Linha Viva do Sintergia de 30/03/2021.

Compartilhamos abaixo o boletim Linha Viva do Sintergia divulgado ontem, sobre a reunião das Entidades de Representação com o deputado Elmar Nascimento, relator da Medida Provisória 1.031/21, a MP do Apagão (clique [aqui](#) para a versão em pdf).



PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Entidades discutem com relator Medida Provisória 1.031/21

As entidades de representação dos trabalhadores — compostas por vários sindicatos/federações —, dentre eles o Sintergia, que compõe o Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), estiveram reunidas com o Deputado Elmar Nascimento, do Democratas da Bahia e relator da Medida Provisória 1.031/21, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobrás, com o objetivo de debater e dialogar sobre o texto que será proposto para o relatório.

A representação dos trabalhadores e seu assessor econômico fizeram uma exposição ao deputado Elmar Nascimento com quatro pontos levantados:

1. O setor privado nunca teve papel central nos investimentos do setor elétrico nacional. A privatização de 1990 não aumentou o investimento privado como foi prometido. Os projetos estruturantes dos anos 2000 só ocorreram com a participação da Eletrobrás.
2. Existe no mundo uma tendência de reestatização dos serviços públicos, nos EUA e vários países da Europa já são mais de 1.400 ca-

sos. A Alemanha registra 387 casos de reestatização, a maior parte no setor elétrico.

3. A Eletrobrás tem total capacidade de investimento. Tem registrado lucros consecutivos, sua participação de mercado é muito grande, em 2019 o lucro da Eletrobrás representou 25% do lucro do setor.
4. O fenômeno da financeirização é a marca do capitalismo contemporâneo. Nesse processo, investidores institucionais, fundos de investimento privados e públicos, têm se tornado os principais acionistas das grandes corporações. No setor elétrico a lógica financeira de curto prazo impõe tarifas elevadas e baixo nível de investimento para viabilizar elevados volumes de dividendos. Além disso, no setor elétrico, os grandes fundos têm participação acionária em mais de uma empresa, implicando numa falsa concorrência entre as elas.

Além dessas exposições, também foram entregues ao relator três documentos elaborados pelas entidades de representação para que possam ser usados como subsídio em suas reflexões. 1 - Eletrobrás: segurança energética, soberania nacional; 2 - Eletrobrás: ferramenta estratégica para retomada da economia; 3 - Eletrobrás: apresentou

SALVE A ENERGIA
PELO FUTURO DO BRASIL

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

lucro de R\$ 6,4 bilhões em 2020.

O relator da Medida Provisória 1.031/21 agradeceu a participação dos sindicalistas na reunião, disse que várias das colocações dos representantes dos trabalhadores já eram compartilhadas e foram questões levadas às discussões com o governo, via Ministério de Minas e Energia e via Secretaria de Desestatização do Ministério da Economia com as próprias agências ANEEL e ANA, afirmando que há uma série de preocupações que vêm tendo e procurando esclarecimentos.

Disse que é um político do semiárido do Nordeste, vindo de uma cidade média, de família que não tinha nenhuma tradição política e a coisa que sempre o caracteriza, agrade ou não, é dizer a verdade e que nunca irão esperar dele um projeto que venha de um jeito e ser surpreendido, disse que sempre teve uma relação muito boa com amigos na oposição, inclusive.

Segundo o deputado, ele não foi escolhido relator dessa MP para procrastinar, mas tem noção da responsabilidade com o país. Em sua avaliação, quem tem a obrigação de colocar números para vencer a resistência da oposição que será feita de todas as formas possíveis pelos partidos de esquerda e da oposição é o governo. Sua obrigação é ouvir líderes de todos os partidos da mesma forma como está ouvindo os sindicatos, quer ouvir os líderes para estabelecer o diálogo procurando aperfeiçoar o texto, sempre procurando ver o sentimento majoritário e ouvindo ao máximo o Senado para que o relatório não seja derrotado.

Na sua avaliação, a possibilidade de derrota sempre existe mas quem tem que construir maioria para aprovação é o governo, essa é uma função do líder do governo na Câmara e no Senado.

Ao ser questionado sobre o fato de a medida provisória não dar o devido tempo para que a sociedade e o Congresso realizem um debate mais aprofundado de assunto tão complexo, Elmar disse que cabe ao governo decidir a forma que o Congresso irá discutir a MP, dar o recado para a sociedade, essa questão de enviar via MP é *pro forma*, segundo ele, pois de fato ela não se submete um prazo exíguo de um assunto de tamanha complexidade.

Disse, ainda, "que em recente reunião com o governo, foi questionado sobre como iria fazer, discutir a MP". Ele alegou ter dito que iria fazer da maneira correta, pois o prazo do governo não é o nosso. Cutucar uma medida provisória na sua avaliação é uma forma de tecer opinião, uma coisa complexa que não pode ser discutida via medida provisória, tem que ser por projeto de lei e sei que vocês e

vários partidos que fazem oposição entendem dessa forma, ou seja, que deveria ser um projeto de lei para se ter ampla discussão, e aí sim nós não teríamos prazos exíguos.

Contudo, não é assim, estamos aí diante de 120 dias e no dia que me convidou para fazer esse relatório o presidente (da Câmara), Arthur Lira, me pediu para elaborar o relatório de forma que o mesmo fosse enviado ao Senado com antecedência de 30 dias para que os senadores tivessem condições de avaliar o texto.

Diante das pressões e das articulações, inclusive de vocês, não sei se vai ter condições de ter cor de levar adiante, de vencer obstruções. Aí é um dos problemas que nós mesmos teremos que ver. Temos que colocar no texto várias propostas observando com todo cuidado do mundo sobretudo na defesa do interesse nacional e recebendo as contribuições atendendo à maioria mas sempre alertando, como por exemplo, eu ouvi no Congresso que não se trata de uma privatização clássica, simplesmente leilão de uma Eletrobrás, mas é uma capitalização, isso é uma privatização envergadura, segundo o Deputado, por que só nos foi dado o direito de participar desse processo agora, até porque se ela perder o controle da maioria das ações e por via de consequências perder o controle da empresa, precisa de autorização do Supremo Tribunal Federal, precisa de autorização do Congresso Nacional, a partir do momento que a gente permite via capitalização vai haver uma nova oferta de ações e o Governo não vai exercer o seu direito, a sua prerrogativa de integralizar essas ações, perde o controle. Não vai mais precisar, em nenhum instante, chamar mais ou discutir com o Congresso Nacional.

Portanto, várias propostas que sequer precisariam estar na MP ou estão colocadas de forma incorreta, segundo o Deputado, ele está tentando discutir à exaustão, porque será o único momento que, na avaliação dele, o Congresso será chamado.

A representação dos trabalhadores reafirmou sua posição contrária à privatização da Eletrobrás e afirmou que o Sistema Eletrobrás e suas subsidiárias reúnem todas as condições para ajudar o país com um papel de destaque na retomada da economia e se tornar mola propulsora do desenvolvimento nacional.

O Deputado Elmar Nascimento se colocou à disposição dos Sindicatos para discutir e receber sugestões para aprimorar o texto do relatório.

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL (clique aqui) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 31 de março de 2021.
Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

